

RELATÓRIO DE GESTÃO 2022



RELATÓRIO DE GESTÃO

(Exercício de 2022)

Ex.mos Sócios

Dando cumprimento ao preceituado nos artigos nº 65º e 66º do Código das Sociedades Comerciais, vimos submeter à vossa apreciação o Relatório de Gestão do **Centro Social N.º Sr.º do Extremo** relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

1 – APRECIÇÃO GLOBAL DA GESTÃO

No exercício de 2022, a entidade obteve um Resultado Líquido do Exercício positivo de 214.506,34€.

2 – EVOLUÇÃO DOS PRODUTOS E DO VOLUME DE NEGÓCIOS

(Análise do volume de negócios relativamente ao exercício anterior e das suas variações em valor e percentagem).

Evolução do volume de negócios

	2022	2021	Incremento V. Negócios	
			Valor	%
Vendas líquidas	189,50		189,50	0,06%
Prestação de serviços	364.860,65	324.110,24	40.750,41	12,57%
Volume de negócios	365.050,15	324.110,24	40.939,91	12,63%

3 – EVOLUÇÃO DOS GASTOS

(Análise das principais rubricas de gastos, também relativamente ao período anterior e suas variações, nomeadamente os seguintes: custo das matérias consumidas, fornecimentos e serviços externos, gastos com o pessoal; gastos de depreciação e de amortização e gastos e perdas de financiamento)

Quadro da evolução dos gastos

	2022	2021	Incremento	
			Valor	%
CMVMC	176.271,50	111.075,14	65.196,36	58,70%
FSE	152.090,93	110.199,65	41.891,28	38,01%
Trabalhos especializados	17.493,59	15.448,45	2.045,14	13,24%
Publicidade e propaganda	969,48		969,48	
Honorários	6.825,00	8.447,00	-1.622,00	-19,20%
Conservação e reparação	22.410,63	12.426,00	9.984,63	80,35%
Ferramentas e utensílios	16.591,06	3.457,21	13.133,85	379,90%
Artigos para oferta	802,57	46,94	755,63	1609,78%
Electricidade	13.928,12	15.208,73	-1.280,61	-8,42%
Combustíveis	34.415,20	20.010,73	14.404,47	71,98%
Deslocações e estadas	1.107,19	1.361,58	-254,39	-18,68%
Comunicação	2.406,58	2.819,49	-412,91	-14,64%
Despesas de representação	661,67	70,00	591,67	845,24%
Outros	34.479,84	30.903,52	3.576,32	11,57%
TOTAL FSE	152.090,93	110.199,65	41.891,28	38,01%
Gastos com pessoal	557.922,69	500.600,90	57.321,79	11,45%
Depreciações e amortizações	39.261,02	36.057,94	3.203,08	8,88%
Outros gastos e perdas	4.339,24	1.474,27	2.864,97	194,33%
Juros	4.210,76	641,88	3.568,88	556,00%
Outros gastos e perdas financiamento	1.653,81	3.315,38	-1.661,57	-50,12%
Total dos gastos e perdas financ.	5.864,57	3.957,26	1.907,31	48,20%
Total dos gastos e perdas	935.749,95	763.365,16	172.384,79	22,58%

4 – EVOLUÇÃO DOS RENDIMENTOS

(Análise das principais rubricas de rendimento, também relativamente ao período anterior e suas variações)

Dentro das rubricas de rendimentos destacam-se as "Prestações de Serviços" e os Subsídios à Exploração que ascenderam em 2022 a 979.104,38€ (776.584,79€ em 2020).

Evolução dos rendimentos

	2022	2021	Incremento	
			Valor	%
Vendas	189,50		189,50	
Prestação de serviços	364.860,65	324.110,24	40.750,41	12,57%
Subsídios à exploração	614.054,23	442.474,55	171.579,68	38,78%
Outros rendimentos	171.151,91	101.026,44	70.125,47	69,41%
Total dos rendimentos	1.150.256,29	867.611,23	282.645,06	32,58%

Handwritten signatures and initials:
 Rui
 Luís
 Pedro
 Ag

5 – INVESTIMENTOS NO EXERCÍCIO

(Divulgação dos principais investimentos efetuados.)

Quadro de investimento em ativos fixos tangíveis

	2022	2021	Incremento	
			Valor	%
Edifícios	728,16		728,16	
Equipamento básico	72.385,95		72.385,95	
Equipamento de transporte	62.095,00		62.095,00	
Equipamento administrativo	1.907,96	915,20	992,76	108,47%
Outros ativos fixos tangíveis		16.719,43	-16.719,43	-100,00%
AFT em curso	1.383.162,68	779.646,31	603.516,37	77,41%
Total	1.520.279,75	797.280,94	722.998,81	90,68%

Quadro de valores de ativos fixos tangíveis

	2022	2021	Incremento	
			Valor	%
Terrenos	45.536,00	45.536,00		
Edifícios	930.313,80	929.585,64	728,16	0,08%
Equipamento básico	176.421,07	104.035,12	72.385,95	69,58%
Equipamento de transporte	231.822,67	169.727,67		
Equipamento administrativo	41.495,57	39.587,61	1.907,96	4,82%
Outros ativos fixos tangíveis	59.682,38	59.682,38		
AFT em curso	1.383.162,68	779.646,31	603.516,37	77,41%
Total	2.868.434,17	2.127.800,73	678.538,44	31,89%

6 – TERCEIROS

As dívidas de terceiros, de clientes e utentes, Estado e outros ativos correntes, ascendem a 111.735,66€ (105.598,10 em 2021).

As dívidas a fornecedores, ao Estado, a instituições de crédito e outros passivos correntes ascendem a 998.665,29€ (491.258,94€ em 2021).

7 – FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Desde 31 de dezembro de 2022 até à data deste relatório, não ocorreu qualquer facto digno de referência.



8 – PRINCIPAIS RISCOS

A atividade da entidade comporta em si uma variedade de riscos aos quais está exposta, designadamente, risco de liquidez e risco jurídico.

- Risco de liquidez

O risco de liquidez traduz a capacidade de a entidade fazer face às suas responsabilidades financeiras tendo em atenção os recursos disponíveis. Esta entidade procura garantir que a estrutura de financiamento é adequada à natureza das suas obrigações.

- Riscos jurídicos

A entidade está sujeita a leis e regulamentos nacionais. A gestão dos riscos jurídicos é efetuada pela Mesa Administrativa em conjunto com assessoria jurídica externa, por forma a assegurar a proteção dos interesses da Entidade no respeito pelo cumprimento dos seus deveres legais.

9 – DÍVIDAS AO ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Nos termos legais, informamos neste relatório de gestão que a entidade não se encontra em mora por quaisquer dívidas ao Estado e Outros Entes Públicos, nomeadamente à Administração Fiscal e à Segurança Social.

10 – AUTORIZAÇÕES CONCEDIDAS A NEGÓCIOS ENTRE A ENTIDADE E OS SEUS DIRETORES

Não foram concedidas quaisquer autorizações, nos termos art.º 397.º do CSC, pelo que nada há a indicar para efeitos da alínea e) n.º 5.º do art.º 66.º do CSC.

11 – EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA ENTIDADE

A Direção em funções tudo fará para continuar a melhorar os serviços prestados aos seus utentes, bem como a gerir os seus recursos de forma a garantir o cumprimento da sua Missão Social.

12 – PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Em Assembleia Geral de aprovação de contas do exercício de 2021 será proposta a transferência do resultado líquido positivo de 104.265,57€ para Resultados Transitados.

13 – AGRADECIMENTOS

Aos nossos clientes e utentes, às instituições de crédito e aos nossos fornecedores expressamos o nosso agradecimento pela colaboração e confiança que sempre nos prestaram.

Aos nossos colaboradores agradecemos o empenho e a dedicação que sempre manifestaram.

Tourencinho, 3 de março de 2023

A Entidade

x Manuel António Baptista de
x Leticia Lameira Carval Faria
x Pedro Jorge CARREIRA CARVAL
x Rene Elisabete Lameira Lameira
x Maria Adilberto da Silva Almeida

Demonstração Individual dos Resultados por Naturezas do Período Findo em 31-12-2022

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Períodos	
		2022	2021
Vendas e serviços prestados	9	365.050,15	324.110,24
Subsídios, doações e legados à exploração	10	614.054,23	442.474,55
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	8	-176.271,50	-111.075,14
Fornecimentos e serviços externos	14.7	-152.090,93	-110.199,65
Gastos com o pessoal	12	-557.922,69	-500.600,90
Outros rendimentos	14.10	171.151,91	101.045,94
Outros gastos	14.8	-4.339,24	-1.474,27
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		259.631,93	144.280,77
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	-39.261,02	-36.057,94
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		220.370,91	108.222,83
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados	14.9	-5.864,57	-3.957,26
Resultado antes de impostos		214.506,34	104.265,57
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		214.506,34	104.265,57

A Entidade

O Contabilista Certificado

x Manuel António Sousa Medeiros
x Leticia Almeida Carril Faria
x Pedro Jorge CARREIRA CARAL
x Luiz Elisete Lacerda Carneiro
x Maria Antónia Pereira Alar Gonçalves

Luís Leite
CC n.º 39242

Balanco Individual em 31-12-2022

RUBRICAS	NOTAS	Data	
		31/12/2022	31/12/2021
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	2.319.411,83	1.611.452,27
Ativos intangíveis	6	4.118,93	10.706,07
Investimentos financeiros	7	16.303,89	14.892,76
		2.339.834,65	1.637.051,10
Ativo corrente			
Inventários	8	4.223,65	226,88
Créditos a receber	14.2	13.285,28	4.540,01
Estado e outros entes públicos	14.3	14.542,88	40.061,14
Outros ativos correntes	14.4	83.907,50	60.996,95
Diferimentos	14.6	2.799,00	4.164,58
Caixa e depósitos bancários	4	433.678,56	431.282,39
		552.436,87	541.271,95
Total do ativo		2.892.271,52	2.178.323,05
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais			
Fundos	11.2	1.250,00	1.250,00
Resultados transitados	11.2	974.717,47	870.451,90
Ajustamentos/ outras variações nos fundos patrimoniais	11.2	692.674,85	694.347,52
		1.668.642,32	1.566.049,42
Resultado líquido do período		214.506,34	104.265,57
Interesses minoritários			
Total do Fundo Patrimonial		1.883.148,66	1.670.314,99
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	11.1	750.000,00	247.500,00
		750.000,00	247.500,00
Passivo corrente			
Fornecedores	14.2	11.246,26	13.564,75
Estado e outros entes públicos	14.3	36.751,35	9.925,34
Financiamentos obtidos	11.1	4,37	1.290,09
Diferimentos	14.6	11.535,88	16.749,12
Outros passivos correntes	14.2	199.585,00	218.978,76
Passivos não correntes detidos para venda			
		259.122,86	260.508,06
Total do passivo		1.009.122,86	508.008,06
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		2.892.271,52	2.178.323,05

A Entidade

O Contabilista Certificado

x *Haroldo Aguiar Borges Leite*
 x *Letícia Lameira Carril Faria*
 x *Pedro BORG CARREIRA CAVAL*
 x *Konze, Elisete Lameira Carril*
 x *Marcia Adier Lameira Carril*

Luis Leite
 CC n.º 39242

ANEXO
(Período 2022)



1 – Identificação da entidade

1.1 – Designação da entidade

Centro Social N.ª Sr.ª do Extremo

NIPC 506 797 228

1.2 – Sede

Rua dos Xudreiros, 10 - Tourencinho

5450-287 Telões

1.3 – Natureza da atividade

O Centro Social N.ª Sr.ª do Extremo é uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), que tem como atividade principal o apoio social a idosos com alojamento.

Dispõe também das Respostas Sociais de Apoio Domiciliário e Centro de Convívio. No âmbito do Protocolo com o ISS presta serviços de acompanhamento dos beneficiários do RSI.

2 – Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 – As demonstrações financeiras apresentadas têm como referencial contabilístico a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL), publicada sob o Aviso n.º 8259/2015. Por seu turno, esta Norma decorre do Sistema de Normalização Contabilística, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho. No Anexo daquele Decreto, alterado por este último, refere-se que o Sistema de Normalização é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho;

- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de julho;
- Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro, sendo que, para o caso das Entidades do Setor Não Lucrativo, está contemplada uma Norma específica – Aviso n.º 8259/2015;
- Normas Interpretativas (NI).

2.2 – Indicação e justificação das disposições da normalização contabilística para as ESNL que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

Não foram derogadas quaisquer disposições da normalização contabilística para as ESNL.

2.3 – Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior, bem como das quantias relativas ao período anterior que tenham sido ajustadas.

3 – Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

3.1 – Principais políticas contabilísticas

3.1.1 – Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras.

3.1.1.1 – Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não haver intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Assinala-se que, para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.1.2 – Regime do acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do

recebimento), sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos".

3.1.1.3 – Consistência de apresentação

As demonstrações financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utilizadores da informação.

3.1.1.4 – Materialidade e agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utilizadores da informação com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.1.5 – Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.1.6 – Informação comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas demonstrações financeiras, com respeito ao período anterior, respeitando o princípio da continuidade da entidade. As políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e

PC
Eduardo
Petro
A

c) Razão para a reclassificação.

3.1.2 – Outras políticas contabilísticas (mensuração e reconhecimento)

3.1.2.1 – Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 31 de dezembro de 2009 encontram-se registados ao seu custo considerado, o qual, dependendo das circunstâncias, corresponde ao custo de aquisição ou ao custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido de depreciações e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Os aumentos à quantia escriturada em resultado das revalorizações efetuadas até aquela data foram creditados em excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis, nos fundos patrimoniais da entidade

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de depreciações e quaisquer perdas por imparidade acumuladas. Sendo que algumas classes de ativos fixos tangíveis estão mensuradas ao modelo de revalorização.

As depreciações são calculadas, quando o ativo estiver disponível para uso, pelo método da linha reta, numa base de duodécimos, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

Ativos fixos tangíveis	Número de anos
Edifícios e out. construções	50
Equipamento básico	1 a 8
Equipamento de transporte	5
Equipamento administrativo	1 a 6
Outros ativos fixos tangíveis	1 a 8

Os terrenos não são depreciados.

Os custos com a manutenção e reparação que não aumentem a vida útil destes ativos são registados como gastos do período em que ocorrem.

As mais ou menos-valias resultantes da alienação ou da retirada dos ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada na data de alienação/retirada, sendo registadas na demonstração dos resultados como "Outros rendimentos" ou "Outros gastos".

3.1.2.2 – Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas. Os ativos intangíveis são amortizados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam em estado de uso, pelo método de linha reta, numa base de duodécimos, durante um período de 6 anos para os programas de computador e 10 anos nos bens registados em propriedade industrial.

3.1.2.3 – Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros existentes no Balanço são outros investimentos financeiros que não correspondem a participações no capital de outras empresas, dizem respeito ao Fundo de Compensação de Trabalho e Fundos de Reestruturação do Setor Social.

3.1.2.4 – Imparidade de ativos

À data do balanço a entidade avalia se há algum indício de que o ativo possa estar em imparidade. Sempre que a quantia escriturada do ativo for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada como um gasto na demonstração dos resultados.

A reversão de perdas por imparidade, reconhecidas em exercícios anteriores, é registada quando há evidências de que estas perdas já não existem ou diminuíram, sendo reconhecida como rendimento na demonstração dos resultados e efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida, caso a perda não tivesse sido registada.

3.1.2.5 – Inventários

Matérias-primas, subsidiárias e de consumo: estes inventários encontram-se valorizados ao menor de entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido.

O custo destes inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual.

Os gastos relativos aos inventários vendidos são registados no mesmo período de reporte em que o crédito é reconhecido.

3.1.2.6 – Custos de empréstimos obtidos

Os custos de juros incorridos com empréstimos são reconhecidos como gastos de acordo com o regime de acréscimo.

3.1.2.7 – Instrumentos financeiros

i) Dívidas de terceiros

As dívidas de clientes ou de outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado não terem implícitos juros. São apresentadas no balanço, deduzidas de eventuais perdas por imparidade, de forma a refletir o seu valor realizável líquido.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido.

ii) Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo seu valor nominal, sendo expressos no balanço no passivo corrente ou não corrente, dependendo de o seu vencimento ocorrer a menos ou mais de um ano, respetivamente. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

iii) Dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros que não vencem juros são registadas ao custo. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

iv) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica “caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem e depósitos a prazo.

v) Outros instrumentos financeiros

Os “outros instrumentos financeiros” evidenciados no balanço correspondem todos os instrumentos financeiros que não sejam caixa ou depósitos bancários e são mensurados ao justo valor, cujas alterações estão reconhecidas na demonstração de resultados.

3.1.2.8 – Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito a reconhecer é deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos.

O rédito das prestações de serviços que se iniciam e terminam no mesmo período de relato é reconhecido na data da conclusão do serviço.

O reconhecimento do rédito depende da mensuração com fiabilidade do desfecho da transação que envolve a prestação de serviços, o qual se considera verificado nas seguintes condições, cumulativas:

- a quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- seja provável que os benefícios económicos fluam para a entidade.

Os juros são reconhecidos utilizando o regime do acréscimo.

3.1.2.9 – Subsídios e outros apoios das entidades públicas

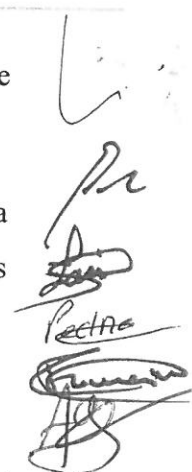
Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis, são inicialmente reconhecidos como componente dos fundos patrimoniais e subsequentemente imputados como rendimentos do exercício na proporção das depreciações efetuadas em cada período e/ou durante os períodos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem.

Os subsídios que se destinam à exploração são reconhecidos como rendimentos do próprio período, na rubrica “subsídios, doações e legados à exploração” da demonstração dos resultados a que respeitam, independentemente da data do seu recebimento.

3.1.2.10 – Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem ordenados, subsídio de férias e de Natal, e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelo órgão de gestão. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável bem como as faltas autorizadas e remuneradas.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.



De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago no período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados conforme o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação do emprego, quer por decisão unilateral da entidade, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorrerem.

3.1.2.11 – Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço (“acontecimentos que dão lugar a ajustamentos”) são refletidos nas demonstrações financeiras da entidade. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço (“acontecimentos que não dão lugar a ajustamentos”), quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

3.1.3 – Principais pressupostos relativos ao futuro

A entidade tem por garantido que permanecerá em continuidade durante todo o ano de 2023.

Não existem fontes de incerteza relevantes com relação às estimativas efetuadas.

3.2 – Alterações nas políticas contabilísticas

As alterações verificadas nas políticas contabilísticas resultaram das alterações introduzidas na NCRF-ESNL, por via da publicação do Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de Junho e da legislação posteriormente publicada que o complementa. No caso concreto, tais alterações repercutiram-se na contabilização das Propriedades de Investimento, as quais foram reclassificadas em Ativos Fixos Tangíveis, e sobre a forma de contabilizar os rendimentos decorrentes desses Ativos. E alterações dos modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015, de 24 de Julho;

3.3 – Alterações nas estimativas contabilísticas

Não existiram alterações nas estimativas com efeitos em períodos futuros.

4– Fluxo de Caixa

Ver alíneas iv) e v) do ponto 3.1.2.7 da nota 3 deste anexo.

Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários.

Meios financeiros líquidos	2022	2021
Caixa	241,90	
Depósitos à ordem	418.436,66	431.282,39
Depósitos a prazo	15.000,00	
Total	433.678,56	431.282,39

De acordo com as alterações à norma contabilística de relato financeiro para as Entidades do Setor não lucrativo (NCRF-ESNL), art.º4 alínea a) da portaria n.º220/2015 de 24 de julho.

5 – Ativos fixos tangíveis

Ver ponto 3.1.2.1 na nota 3 deste anexo

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas (agregada com perdas por imparidade acumuladas), a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates e as alienações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Ativos fixos tangíveis							
Quantias brutas escrituradas	2020	Adições	Alienações /abates	2021	Adições	Alienações /abates	2022
Terrenos e rec. naturais	45.536,00			45.536,00			45.536,00
Edif. e outras construções	929.585,64			929.585,64	728,16		930.313,80
Equipamento básico	104.035,12			104.035,12	72.385,95		176.421,07
Equipamento de transporte	169.727,67			169.727,67	62.095,00		231.822,67
Equipamento administrativo	38.672,41	915,20		39.587,61	1.907,96		41.495,57
Out. ativos fixos tangíveis	42.962,95	16.719,43		59.682,38			59.682,38
AFT em curso	46.356,25	733.290,06		779.646,31	701.195,31	-97.678,94	1.383.162,68
Sub-total	1.376.876,04	750.924,69		2.127.800,73	838.312,38	-97.678,94	2.868.434,17
Depreciações e perdas por imparidade	2020	Adições	Alienações /abates	2021	Adições	Alienações /abates	2022
Terrenos e rec. naturais	1.852,08	3.175,00		5.027,08			5.027,08
Edif. e outras construções	159.158,47	19.440,32		178.598,79	19.197,10		197.795,89
Equipamento básico	96.028,61	3.337,13		99.365,74	2.513,61		101.879,35
Equipamento de transporte	157.027,67			157.027,67	7.144,80		164.172,47
Equipamento administrativo	37.723,21	792,05		38.515,26	803,41		39.318,67
Out. ativos fixos tangíveis	34.538,69	3.275,23		37.813,92	3.014,96		40.828,88
Sub-total	486.328,73	30.019,73		516.348,46	32.673,88		549.022,34
Quantias líquidas escrituradas	890.547,31	720.904,96		1.611.452,27	805.638,50	-97.678,94	2.319.411,83

6 – Ativos intangíveis

Ver ponto 3.1.2.2 na nota 3 deste anexo

A quantia bruta escriturada, as amortizações acumuladas (agregada com as perdas por imparidade acumuladas), a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates e as alienações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Ativos intangíveis							
Quantias brutas escrituradas	2020	Adições	Alienações /abates	2021	Adições	Alienações /abates	2022
Projetos de desenvolvimento	9.881,69	9.881,69		19.763,38			19.763,38
Programas de computador	2.566,20			2.566,20			2.566,20
Sub-total	12.447,89	9.881,69		22.329,58			22.329,58
Amortizações e perdas por imparidade	2020	Adições	Alienações /abates	2021	Adições	Alienações /abates	2022
Projetos de desenvolvimento	3.019,10	6.038,21		9.057,31	6.587,14		15.644,45
Programas de computador	2.566,20			2.566,20			2.566,20
Sub-total	5.585,30	6.038,21		11.623,51	6.587,14		18.210,65
Quantias líquidas escrituradas	6.862,59	3.843,48		10.706,07	-6.587,14		4.118,93

7 – Investimentos financeiros

Ver ponto 3.1.2.3 na nota 3 deste anexo

Entidades	2020	Aumentos	Diminuições	2021	Aumentos	Diminuições	2022
Fundo Compensação Trabalho	3.436,58	1.384,06	126,11	4.694,53	1.701,19	290,06	6.105,66
Fundo de Reestruturação da Seg. Social	198,23			198,23			198,23
Part. Capital - Caldeirão das Ternuras, Lda	10.000,00			10.000,00			10.000,00
Total	13.634,81	1.384,06	126,11	14.892,76	1.701,19	290,06	16.303,89

8 – Inventários

Ver ponto 3.1.2.5 na nota 3 deste anexo

8.1 – As demonstrações financeiras devem divulgar:

a) As políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários, incluindo a fórmula de custeio usada;

Os inventários são valorizados ao menor de entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual. As saídas de armazém (consumos) são valorizadas ao custo médio ponderado.

b) A quantia total escriturada de inventários e a quantia escriturada em classificações apropriadas para a entidade;

Quantias escrituradas de inventários	2022	2021
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	4.223,65	226,88
Total	4.223,65	226,88

c) A quantia de inventários reconhecida como um gasto durante o período;

Quantias de inventários reconhecidas como gastos durante o período	2022			2021		
	Mercadorias	Mat-primas, sub., consumo	Total	Mercadorias	Mat-primas, sub., consumo	Total
Inventários no começo do período		226,88	226,88		226,88	226,88
Compras		144.661,03	144.661,03		111.075,14	111.075,14
Regularizações		35.607,24	35.607,24			
Inventários no fim do período		4.223,65	4.223,65		226,88	226,88
CMVMC		176.271,50	176.271,50		111.075,14	111.075,14

9 – Rédito

Ver ponto 3.1.2.8 na nota 3 deste anexo

Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período incluindo o rédito proveniente de:

Réditos reconhecidas no período	2022	2021
Venda de bens	189,50	
Prestação de serviços	364.860,65	324.110,24
Juros		19,50
Total	365.050,15	324.129,74

10 – Contabilização dos subsídios do governo e divulgação de apoios do governo

Ver ponto 3.1.2.9 na nota 3 deste anexo

10.1 – Política contabilística adotada para os subsídios do Governo, incluindo os métodos de apresentação adotados nas demonstrações financeiras.

Os subsídios atribuídos pelo Estado, e que se destinam a financiar parte dos investimentos em ativo não corrente encontram-se apresentados no balanço como componente dos fundos patrimoniais, sendo imputados aos rendimentos do período na proporção das depreciações/amortizações efetuadas, em cada período.

	2022	2021
Imputação de sub. para investimentos	26.039,31	22.899,78

Os subsídios que se destinam à exploração encontram-se apresentados na demonstração de resultados como rendimento do período.

Entidades	2022	2021
Instituto da Segurança Social	432.732,00	374.107,38
Autarquias	96.863,67	23.234,64
IEFP	76.023,12	34.576,28
Fundação Calouste Gulbenkiam		9.500,00
IAPMEI - Comp. Aumento RMM	2.576,00	1.056,25
POAPMC 2022	5.859,44	
Total	614.054,23	442.474,55

11 – Instrumentos financeiros

11.1 – Financiamentos obtidos

Ver ponto ii) 3.1.2.7 na nota 3 deste anexo

Financiamentos obtidos	Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Mais de 5 anos	Total
2021				
RCI Bank ALF 2065029501	2.924,78			2.924,78
Comunidade Local dos Baldio	200.000,00			200.000,00
ST Cartão de Crédito 41176356	4,37			4,37
Total	202.929,15			202.929,15
2022				
ST Cartão de Crédito 41176356	4,37			4,37
ST n° 0003 1408 0138 096		375.000,00	375.000,00	750.000,00
Total	4,37	375.000,00	375.000,00	750.004,37
Varição (2022-2021)	-202.924,78	375.000,00	375.000,00	547.075,22

11.2 – Fundos patrimoniais

Rubricas dos Fundos Patrimoniais	2020	Aumentos	Reduções	2021	Aumentos	Reduções	2022
Fundos Líquidos	1.250,00			1.250,00			1.250,00
Resultados transitados	800.261,71	70.190,19		870.451,90	104.265,57		974.717,47
Outras variações no Fundo Patrimonial	717.247,30	0,66	-22.900,44	694.347,52	25.000,69	-26.673,36	692.674,85
Resultado Líquido	70.190,19	104.265,57	-70.190,19	104.265,57	214.506,34	-104.265,57	214.506,34
Total	1.588.949,20	174.456,42	-93.090,63	1.670.314,99	343.772,60	-130.938,93	1.883.148,66

12 – Benefícios dos empregados

Ver ponto 3.1.2.10 na nota 3 deste anexo

12.1 – Número médio de empregados

Vínculo	Início ano	Final ano
Efetivos	35	35
Termo certo	2	1
Termo incerto	0	0
CEI/MARESS	6	8
Total	43	44
Número médio		43

Gastos com pessoal	2022	2021
Funcionários:	550.052,50	494.029,89
Remunerações	423.942,59	376.865,79
Sub. Alimentação	42.849,60	39.562,33
Encargos seg. social	83.260,31	77.601,77
Seguros	4.981,60	3.826,29
Outros	2.888,59	2.744,72
Total	557.922,69	500.600,90

12.2 – Órgãos sociais

Nenhum dos membros dos órgãos de administração, de direção ou de supervisão auferiram qualquer tipo de remuneração ou benefício pelos serviços prestados.

12.3 – Número médio de voluntários

Não existem

13 – Divulgações exigidas por diplomas legais

13.1 – Decreto-lei 411/91

Não existem dívidas em mora à segurança social em 31 de dezembro de 2022.

13.2 – Decreto-lei 534/80

Não existem dívidas em mora ao Estado e outros entes públicos em 31 de dezembro de 2022.

13.3 – A 31 de dezembro de 2022 existiam salários em dívida aos funcionários, contudo esses valores foram liquidados a 31 de janeiro de 2023.

14 – Outras informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

14.1 – Clientes, utentes, fornecedores, fundadores e instituidores

Ativos	Quantia bruta	Imparidades acumuladas	Quantia líquida	Quantia bruta	Imparidades acumuladas	Quantia líquida
	2022			2021		
Clientes	13.285,28		13.285,28	4.540,01		4.540,01
Fornecedores de Investimento	8.119,31					
IEFP	27.203,42			18.664,46		
Outros créditos a receber	35.299,49		35.299,49	42.332,49		42.332,49
Total	83.907,50		83.907,50	65.536,96		65.536,96
Passivos	2022			2021		
Fornecedores	11.246,26		11.246,26	13.564,75		13.564,75
Fornecedores de investimentos				120.168,29		120.168,29
Outras dívidas a pagar	199.585,00		199.585,00	98.810,47		98.810,47
Total	210.831,26		210.831,26	232.543,51		232.543,51

De acordo com as alterações à norma contabilística de relato financeiro para as Entidades do Setor não lucrativo (NCRF-ESNL), art.º4 alínea a) da portaria n.º220/2015 de 24 de julho estabelece alterações ao nível da configuração do balanço a rubrica "Clientes/Utentes" no balanço passou a designar-se "Créditos a Receber".

14.2 – Estado e outros entes públicos

Estado e Outros Entes Públicos	2022	2021
Ativo		
EOEP - Imposto s/ rendimento	8,68	8,68
EOEP - IVA	14.534,20	40.052,46
Total	14.542,88	40.061,14
Passivo		
EOEP - Imposto s/ rendimento	1.908,49	1.373,00
EOEP - IVA	25.513,72	
EOEP - Segurança Social	9.166,97	8.421,74
EOEP - Outros	162,17	130,60
Total	36.751,35	9.925,34

14.4 – Outros ativos/passivos correntes

Outras contas a receber/pagar	2022	2021
Ativo - Outros créditos a receber		
Fornecedores	2.707,47	5.923,62
IEFP	27.203,42	18.949,68
Empréstimo Caldeirão das Temuras, Lda	25.253,12	21.921,16
Adaptar Social +	2.920,30	3.998,61
Norte 2020	9.501,06	9.501,06
Penhoras de Vencimento	702,82	702,82
PRR-RE (Viatura Elétrica)	7.500,00	
Fornecedores De Investimentos	8.119,31	
Total	83.907,50	60.996,95
Passivo - Outros passivos correntes		
Credores por acréscimos de Gastos	78.027,23	69.901,68
Fornecedores Investimentos		120.168,29
Caução Construções 13 Agosto, Lda	59.482,56	28.623,57
Outros	63.153,52	385,22
Total	200.663,31	219.078,76

Handwritten signatures and initials:
 - A large checkmark at the top.
 - A signature that appears to be "João".
 - A signature that appears to be "Pedro".
 - A signature that appears to be "Adaptar".

De acordo com as alterações à norma contabilística de relato financeiro para as Entidades do Setor não lucrativo (NCRF-ESNL), art.º4 alínea a) da portaria n.º220/2015 de 24 de julho estabelece alterações ao nível da configuração do balanço.

14.5 – Devedores e credores por acréscimos

Acréscimos	2022	2021
Passivo - Acréscimos de gastos		
Trabalhos especializados	275,00	256,00
Férias e Sub. Férias a liquidar	77.521,00	69.381,90
Eletricidade, água, comunicação	213,03	263,78
Total	78.009,03	69.901,68

14.6 – Diferimentos

Diferimentos	2022	2021
Ativo - Gastos a reconhecer		
Seguros	2.666,93	3.994,82
Outros	132,07	169,76
Total	2.799,00	4.164,58
Passivo - Rendimentos a reconhecer		
IEFP	11.535,88	12.709,12
Outros		40,00
Total	11.535,88	12.749,12

14.7 – Fornecimentos e serviços externos

FSE	2022	2021
Trabalhos especializados	17.493,59	15.448,45
Publicidade e propaganda	969,48	
Vigilância e segurança	595,78	930,75
Honorários	6.825,00	8.447,00
Conservação e reparação-edifícios o. const.	6.289,48	850,10
Conservação e reparação-eq. Básico	2.719,09	1.723,47
Conservação e reparação-eq. transporte	13.402,06	9.852,43
Serviços bancários	328,09	260,41
Ferramentas e utensílios	16.591,06	3.457,21
Material de escritório	793,69	609,25
Eletricidade	13.928,12	15.208,73
Combustíveis	34.415,20	20.010,73
Água	1.900,70	97,20
Deslocações e estadas	1.107,19	1.361,58
Comunicação	2.406,58	2.819,49
Seguros	4.811,87	5.138,33
Contencioso e notariado	88,45	180,88
Despesas de representação	661,67	70,00
Limpeza, higiene e conforto	17.896,73	18.085,56
Outros FSE	8.867,10	5.648,08
Total	152.090,93	110.199,65

14.8 – Outros gastos

Outros Gastos	2022	2021
Imposto s/ transportes rodoviários	32,52	
Taxas	377,28	64,03
Correções de períodos anteriores	3.450,57	541,15
Multas e penalidades	323,89	828,48
Outros	154,98	40,61
Total	4.339,24	1.474,27

14.9 – Gastos e perdas de financiamento

Ver ponto 3.1.2.6 na nota 3 deste anexo

Gastos e perdas de financiamento	2022	2021
Juros suportados	4.210,76	641,88
Despesas bancárias e comissões	1.653,81	3.315,38
Total	5.864,57	3.957,26

14.10 – Outros rendimentos

Outros Rendimentos	2022	2021
Descontos pp obtidos	57,28	17,05
Correções de períodos anteriores	21.423,36	12.575,51
Imputação de Sub. Investimento	26.039,31	22.899,78
Juros obtidos de depósitos bancários		19,50
Donativos	90.968,39	21.472,06
Outros	32.663,57	44.062,04
Total	171.151,91	101.045,94

14.11 – Acontecimentos após data de balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas demonstrações financeiras a 31 de dezembro de 2022

Em Assembleia Geral de aprovação de contas do exercício de 2022 será proposta a transferência do resultado líquido positivo de 214.506,34€ para Resultados Transitados. Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Tourencinho, 3 de março de 2023

A Entidade

O Contabilista Certificado

x Manuel António Pires Acetec

Luis Leite

x Leticia Lameira Brasil Faria

CC n.º 39242

x Pedro Jorge CARREIRA R.R.L

x Rocio Elisabete Lameira Carreira
x Mariana Adiles Lameira Aluse Juncal

CENTRO SOCIAL

NOSSA SENHORA DO EXTREMO

Registo nº 103/2004 fls 106 do Livro nº 10
Associação de Solidariedade Social

